



O Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira (CCBM)

Helena Teresa Camacho

*Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, Portugal,
helen.a.t.camacho@madeira.gov.pt*

Resumo

O Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira foi criado como instrumento de facilitação da Rede Regional de Bibliotecas da Madeira. O referido catálogo permite o acesso ao património bibliográfico existente na Região Autónoma da Madeira, bem como a promoção do funcionamento em rede das bibliotecas que o integram. Nesta comunicação, primeiramente será apresentado o processo de implementação do Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira e em seguida será descrito o seu percurso ao longo do tempo. Por último será feita uma reflexão acerca das principais dificuldades encontradas em todo o percurso e das metas atingidas. Finalmente, far-se-á uma projeção acerca do que se pretende para o futuro deste catálogo.

Palavras-chave: Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira, RRBPM, redes, cooperação, interoperabilidade.

Introdução

Num mundo onde a Internet é considerada o principal canal de difusão de informação, em detrimento da ida à biblioteca física, o catálogo coletivo surge como uma oportunidade de promoção das bibliotecas como uma fonte atualizada e especializada, onde o foco do profissional de documentação e informação não está centrado nos livros, mas sim nas pessoas.

O rápido crescimento e difusão de novas tecnologias obrigou a uma mudança do modelo clássico de biblioteca, verificando-se várias transformações com a criação de novos serviços e suportes. Estas alterações previnem a possibilidade do público considerar as bibliotecas como algo obsoleto e desnecessário. Desta forma, numa era da informação, as bibliotecas públicas passaram a incorporar nos seus serviços suportes informáticos, com as vantagens e desvantagens que lhes são inerentes. Conforme refere Furtado (1995) a enorme capacidade de armazenamento de dados, rapidez na sua produção e disseminação, facilidade de atualização e correções, potencialidades colaborativas e interativas os circuitos do livro alteram-se, trazendo repercussões a nível da produção e difusão dos livros. Contudo, as bibliotecas públicas têm procurado acompanhar as mudanças tecnológicas do livro e da leitura no mundo atual, mantendo sempre como principal propósito a preservação da memória e a promoção do conhecimento. São inegáveis as vantagens que as novas tecnologias trazem a nível do acesso, da difusão das coleções e no trabalho em rede. Deste modo, e procurando satisfazer as necessidades dos utilizadores, a disponibilização do livre acesso às estantes e o empréstimo domiciliário, convivem com o acesso à informação em linha com a promoção do conhecimento e da aprendizagem. Por outro lado, o recurso impresso, com a posse do objeto físico, dá lugar ao recurso

digital, permitindo ao utilizador aceder à informação que pretende, sem estar limitado ao horário de abertura ou à distância a que se encontra da biblioteca.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) defende que nenhuma biblioteca pública, por maior ou mais bem financiada que seja, consegue sozinha responder a todas as necessidades do seu público, incentivando à participação em parcerias, colaborações e redes de trabalho com outras bibliotecas e organizações relacionadas, e a disponibilização de acesso a outras fontes de informação, de forma a permitir à biblioteca pública satisfazer as necessidades de informação dos seus utilizadores. As redes de cooperação e de colaboração entre bibliotecas ajudam as bibliotecas com menos recursos a ultrapassarem dificuldades no acesso à informação pelos seus leitores, possibilitando ainda a aquisição de competências técnicas por parte dos profissionais. Neste sentido, é fundamental que esta cooperação interbibliotecas seja orientada por um órgão coordenador, criador de normas e políticas facilitadoras de troca de informação e serviços, de forma a que as várias áreas de atuação sejam coerentes e transversais a todas as bibliotecas. Cabe ao bibliotecário promover o desenvolvimento e implementação de novas iniciativas, a partir da cooperação, contribuindo para o crescimento das bibliotecas. É importante realçar que o intercâmbio de conhecimentos e serviços entre bibliotecas é uma estratégia crucial para ultrapassar eventuais recursos financeiros, humanos e materiais insuficientes. As novas tecnologias são grandes facilitadoras da criação de redes de biblioteca, estruturas fundamentais para o desenvolvimento de esforços no alcance de objetivos comuns, como a criação de regras, a troca de registos bibliográficos, o empréstimo interbibliotecas e ainda o desenvolvimento de projetos inovadores. Esta participação em rede é, portanto, uma ferramenta de excelência para o fortalecimento das várias estruturas que nelas participam. São exemplo de projetos cooperativos as parcerias na digitalização retrospectiva, políticas de preservação digital e o desenvolvimento cooperativo de coleções e a dinamização do livro e da leitura.

Os catálogos coletivos, de abrangência nacional ou regional, são outra forma de colaboração e cooperação entre bibliotecas. As características do catálogo coletivo evoluíram ao longo dos tempos, com a concentração, numa primeira fase, de todos os registos das bibliotecas numa única base de dados para mais tarde, cada biblioteca disponibilizar o acesso a base de dados de forma autónoma. Conforme Faria (2008) refere, o catálogo o coletivo é um «catálogo das existências parciais ou totais comum a várias bibliotecas, arquivos e serviços de documentação».

Diretamente ligad ao crescimento da informação em rede, surge o conceito de interoperabilidade. Para Cordeiro (2001) a interoperabilidade «designa as qualidades de um sistema, produto ou projeto que lhe permitem interagir com outros de forma diferente». Com a evolução da computação criaram-se normas e protocolos de comunicação entre sistemas que permitem que diferentes entidades, com diferentes aplicações, trabalhem em conjunto. De forma a garantir a interoperabilidade entre sistemas de informação bibliográfica diferentes – bibliotecas integradas – terão de ser estabelecidas práticas de normalização que incluam protocolos de pesquisa e recuperação de informação (Z39.50, ISO10162 e 101639 ou o OAI PMH, formato MARC ISO2709 registos bibliográficos, protocolos de empréstimo interbibliotecas e modelo lógico de acesso às bibliotecas da rede).

Com a chegada da biblioteca digital surgiram dúvidas quanto à continuidade da biblioteca tradicional, pelas barreiras geográficas que lhe estão associadas e que limitam a atuação do utilizador. De notar que a reformulação da biblioteca física para a biblioteca digital deverá ser gradual e à medida que se criam as condições financeiras, técnicas e humanas necessárias para a sua efetiva concretização. Poderá ser um fator estratégico para a biblioteca, a criação de um projeto digital tendo como base o Fundo Local, com o objetivo de digitalização das coleções impressas de grande valor patrimonial e cultural que as bibliotecas tenham à sua guarda. De forma a valorizar e completar esta coleção, seria

importante o trabalho colaborativo entre as instituições de memória locais, em que incluímos as bibliotecas, arquivos e museus, no sentido de reunir os vários acervos bibliográficos. Deste modo, teríamos uma biblioteca digital com contributos variados, possibilitando a consulta por biblioteca ou do conjunto dos acervos. Para que estas colaborações funcionem é fundamental o estabelecimento de políticas digitais adequadas à realidade de cada instituição, tendo por base as diretrizes de instituições de referência. Será necessário além disso, a existência de um consenso entre as bibliotecas quanto à gestão da coleção, e legitimar as várias etapas do processo.

A presente comunicação descreve o percurso do Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira (CCBM) até à sua configuração atual. Com o objetivo de garantir a compreensão do processo de criação e instalação deste catálogo coletivo, são abordados alguns conceitos considerados pertinentes para compreender melhor o desenvolvimento da tecnologia comunicação e informação.

O catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira - objetivos e missão

O Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Madeira, que teve a sua génese em 2011, é atualmente coordenado pela Direção Regional do Arquivo e Bibliotecas da Madeira (DRABM). Tem por objetivos primordiais a identificação e facilitação do acesso ao património bibliográfico existente na Região Autónoma da Madeira (RAM), bem como a promoção do funcionamento em rede das bibliotecas regionais. Neste sentido, é entendido como um dos vários instrumentos de dinamização da rede regional de bibliotecas públicas. A estrutura funcional desta rede tem como objetivos específicos, entre outros, identificar e localizar as espécies bibliográficas da RAM, integrar todas as bibliotecas municipais no catálogo coletivo e dinamizar o empréstimo interbibliotecas.

Este catálogo coletivo passou por várias fases, com várias mudanças estruturais com vista a uma melhor consolidação da Rede Regional de Bibliotecas da Madeira (RRBM), no que concerne à interoperabilidade e a normalização a implementar, para a observância de homogeneidade dos registos bibliográficos, produzidos pelas bibliotecas. Assim, foram tomadas várias decisões, sempre com enfoque nas dificuldades das bibliotecas quanto aos recursos informáticos e as necessidades de formação, com a cedência do acesso gratuito ao software de gestão de bibliotecas e o fomento de cooperação técnica. Também de referir, que esta estrutura de colaboração está aberta a todas as bibliotecas independentemente da sua natureza. Assim, já foi formalizada a adesão com 10 bibliotecas municipais (Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente, Santana, Machico, Santa Cruz e Porto Santo), sete biblioteca especializadas (Museu de Fotografia, Museu Quinta das Cruzes, MUDAS – Museu de arte contemporânea, Museu Frederico de Freitas, Solar de São Cristóvão, Centro Cultural Dra. Maria do Carmo Santos, Curia Diocesana do Funchal), uma biblioteca do ensino superior (Escola Superior de Enfermagem São José Cluny) e duas bibliotecas escolares (Escola Secundária Jaime Moniz e Escola Secundária Francisco Franco). Assim, em 2023 o catálogo coletivo das bibliotecas da Madeira tinha, para além da biblioteca do Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira, 22 bibliotecas cooperantes de diferentes tipologias.

O catálogo coletivo, até abril do 2023, tinha 504.299 registos, 25.211 dos quais foram integrados pelas bibliotecas cooperantes.

CCBM - evolução e consolidação

O caminho percorrido pelo CCBM até à atualidade, acompanhou duas alterações orgânicas da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, que tutela o Arquivo e a Biblioteca da Madeira, que vieram alterar não só os seus objetivos como também o seu modo de operacionalização.

Assim, num primeiro momento, entre 2011 e 2015, sob a coordenação da então Biblioteca Pública da Madeira (BPR), o CCBM foi apresentado e divulgado, na versão Beta, com 4 bibliotecas aderentes (Museu Quinta das Cruzes, Centro de Estudos de História do Atlântico, Biblioteca de Culturas Estrangeiras e Arquivo Regional da Madeira). Um ano depois, foi lançada a versão oficial do catálogo coletivo, tendo por objetivo o alargamento da cooperação a outras bibliotecas e a disponibilização do acesso remoto ao software às bibliotecas sem software, para realizarem as operações necessárias à catalogação dos seus acervos bibliográficos.

Segue-se, em 2016, a criação do Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), instituição que funde a Biblioteca Pública da Madeira (BPRM) e o Arquivo Regional da Madeira (ARM), e que procedeu à análise dos processos de formalização na adesão ao CCBM e dos procedimentos técnicos de integração dos registos no catálogo coletivo. Desta análise, resultou a aquisição e instalação do sistema modular mindPrisma, na versão 4., o qual permitiu não só a fusão dos acervos bibliográficos dos extintos Arquivo Regional da Madeira, da Biblioteca Pública Regional e da Biblioteca de Culturas Estrangeiras, como também a criação de polos com as bibliotecas cooperantes que tinham um software de gestão de bibliotecas.

Por fim, em 2020, instituída a DRABM, o CCBM passa a ser uma verdadeira estrutura de cooperação, que funciona como instrumento de facilitação da Rede Regional de Bibliotecas Públicas da Madeira, aberta a outras tipologias de bibliotecas da RAM, por via da qual se centraliza e promove o acesso livre à informação respeitante ao património bibliográfico regional e ao efetivo funcionamento em rede das bibliotecas na Região Autónoma da Madeira. De acordo com este princípio foi realizada uma auscultação, por inquérito, às 11 bibliotecas dos concelhos do arquipélago para apurar, entre outras questões, quais os softwares de gestão de bibliotecas utilizados. Da análise feita constatou-se, por ordem decrescente, os seguintes resultados: PRISMA (40%); sem software de gestão de bibliotecas (20%); base de dados Excel (40%) e o PORBASE 5 (10%) (gráfico 1).

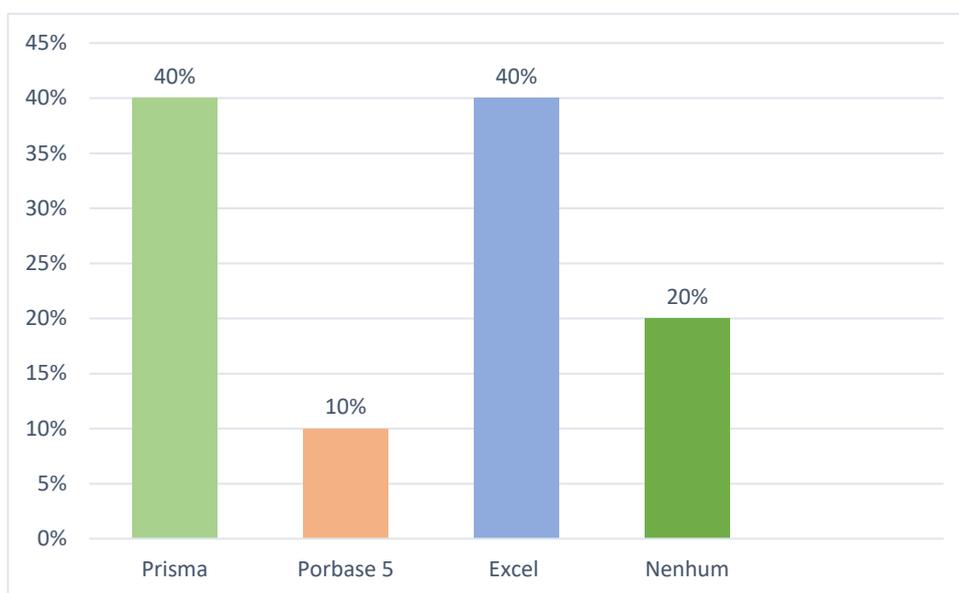


Gráfico 1 – Softwares utilizados

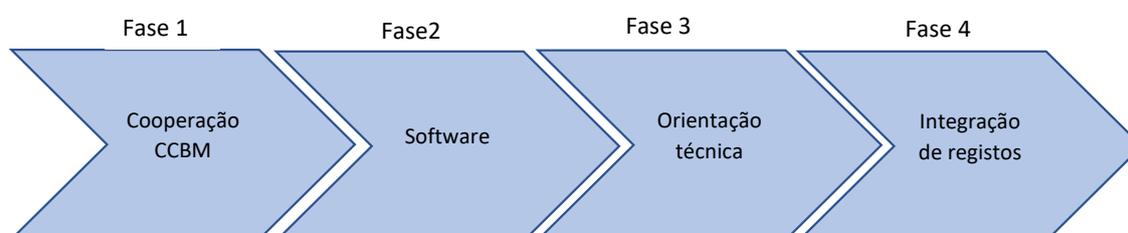
Os catálogos coletivos resultam de criação de condições de aproveitamento das potencialidades dos ambientes Web. Com efeito, o desenvolvimento do catálogo coletivo foi precedido, em 1989, pela disponibilização de um catálogo informatizado, que referenciava o acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Regional da Madeira (BPR), usando o software Porbase5.

Com o objetivo de proporcionar o trabalho em rede, a MIND lançou, em 2008, a nova versão do sistema MindPrisma, já com a solução para grandes redes de bibliotecas e/ou redes de bibliotecas ligadas em rede tendo como Sistema de Gestão de Base de Dados o Microsoft SQL, bem como o cancelamento do lançamento de updates do Porbase5. Todavia, esta nova versão do sistema Prisma não foi adquirida, optando-se pela criação de uma base de dados, para o catálogo coletivo, que ficou alojada, no mesmo servidor, ao lado do OPAC da BPR. Deste modo, a recuperação da informação, pelo utilizador, era feita no site da instituição no catálogo da biblioteca (BPR) e nos catálogos das bibliotecas aderentes através do *link* para o CCBM. A atualização do catálogo coletivo concretizou-se através de acesso remoto, no caso das bibliotecas sem software, ou pela importação de registos em formato ISO2079, para as bibliotecas que tinham o seu próprio software.

Naturalmente que, aos desafios que a evolução social e tecnológica, nos quais se incluem as bibliotecas, junta-se a importância da organização em rede dos sistemas de informação, consubstanciado pela presença de um modelo de biblioteca baseado nos recursos partilhados. Assim, em 2016, a aquisição e implementação do Sistema mindPrisma versão 4, aliado às dificuldades inerentes a uma mudança desta natureza obrigou a ativar novos mecanismos de gestão, para garantir que a migração dos dados para um catálogo único fosse executada eficazmente. Este novo sistema permitiu o crescimento do catálogo coletivo, desta feita na base de dados ABM, de forma direta no caso das bibliotecas dos serviços da tutela ou através da importação de registos através de ficheiro ISO2079, para as bibliotecas cooperantes com software próprio. Ao mesmo tempo, manteve-se a preocupação com a uniformização do catálogo. Os registos bibliográficos criados pelas bibliotecas cooperantes são revistos e validados pela equipa responsável, em dois aspetos considerados primordiais, nomeadamente, a aplicação de normas de descrição comuns e a eliminação dos duplicados, de forma a garantir a exatidão da informação nos resultados das pesquisas.

Num passado mais recente, a partir de 2020, coincidente com o início da pandemia, foi implementado pela MIND o Prismaweb, que permitiu às bibliotecas cooperantes que não tinham software, catalogarem os seus acervos bibliográficos através desta aplicação Web, trabalhando diretamente na base de dados ABM de forma autónoma. Por outro lado, quanto às bibliotecas que utilizavam o Excel, a migração dos seus dados fez-se através de algoritmos criados internamente pelo serviço de informática da DRABM, com o intuito de tirar proveito da descrição efetuada, ainda que insuficiente. Por último, estão incluídas as bibliotecas que possuem o seu próprio software de gestão de bibliotecas, e que enviam periodicamente os seus registos bibliográficos em formato ISO2079, para serem integrados para o catálogo coletivo.

CCBM – Processo de implementação de *software* único de gestão de bibliotecas



Fase 1 – Formalização da adesão ao CCBM

A formalização da cooperação é materializada com a assinatura do protocolo de adesão, conforme o regulamento do CCBM.

Fase 2 - Integração de cooperante do sistema MindPrisma

O sistema MindPrisma tem por objetivo a gestão integrada de uma biblioteca individual ou de um conjunto de bibliotecas associadas em polos, potenciando a catalogação cooperativa e a disponibilização numa única plataforma (Pacweb) de toda a informação disponível respeitante às bibliotecas integradas, permitindo a interação do utilizador com a biblioteca e a realização de operações de pesquisa simples, avançada e por índices. O registo na plataforma (Pacweb) permite a autonomia do utilizador no acesso direto ao seu histórico em termos de empréstimos correntes, reservas e pesquisas específicas efetuadas. Também relevante é a divulgação das novidades do nosso catálogo, com a criação de alertas no Pacweb, nas pesquisas efetuadas pelo utilizador.

A versão Web do software MindPrisma é disponibilizada gratuitamente às bibliotecas cooperantes, permite a realização das operações básicas necessárias ao trabalho da Biblioteca, e compreende áreas de catalogação e pesquisa.

Fase 3 – Orientação técnica

- Prestar apoio ao nível da utilização da plataforma para efeitos de catalogação;
- Facultar manuais de procedimentos de catalogação para a uniformização de registos.

Fase 4 – Integração dos registos

- Conferição dos registos conforme a política de descrição bibliográfica definido pela RRBP;
- Integração dos registos no CCBM periodicamente.

Biblioteca cooperantes – requisitos

A biblioteca que adira ao CCBM terá de ter:

- Computador (Recursos mínimos: sistema operativo Windows 10, 4GB RAM);
- Internet com ligação estável;
- Browser (Google Chrome ou Microsoft Edge).

Plataforma Press Reader

As bibliotecas cooperantes do CCBM poderão consultar e ter acesso nos postos de pesquisa das bibliotecas ou, se o leitor preferir, através do seu telemóvel ou tablet, a mais de 7.000 jornais de todo o mundo, incluindo os portugueses, a partir da plataforma Press Reader.

Para o acesso à plataforma Press Reader é necessário ser utilizador da rede de cooperantes, ou seja, fazer o registo no Pacweb, e ser validado pelos serviços da DRABM.

Considerações finais

Numa perspetiva de futuro, está a ser estudada a possibilidade de aquisição do módulo MindSearch, um agregador de conteúdos que permite a pesquisa única nas várias bases de dados, independentemente do *software* que as bibliotecas cooperantes utilizem. Este módulo constitui uma real melhoria na gestão do catálogo coletivo, no que concerne à integração de registos, uma vez que o protocolo aberto OAI-PMH vai buscar os registos das várias bases de dados (de bibliotecas que adquiriram o *software*) e importa-os para a base ABM, evitando o trabalho manual de verificação dos registos enviados em ficheiro ISO2079. Para além deste módulo, igualmente importante, será a aquisição da solução para a autenticação de leitores de forma centralizada, aplicável a todos os

parceiros, que prevê a possibilidade de efetuar reservas e levantamento de livros entre as bibliotecas integrantes no catálogo, impulsionando o empréstimo Interbibliotecas.

Referências Bibliográficas

Amândio, M. J. C. (2012). *Redes de informação e conhecimento: cooperação e interação baseada no Portal da Rede Integrada de Oeiras*. [Dissertação de Mestrado não publicada] Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9899/1/ulfl132049_tm.pdf

Borbinha, J. (2004). Redes de colaboração: alguns elementos para análise e reflexão. *Cadernos BAD*, n.º 1.73-83

Castells, M. (2005) *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, 2ª, ed., Fundação Calouste Gulbenkian.

Cordeiro, M. I. (2001) Tecnologias, bibliotecas e arquitecturas de informação: dos sistemas aos objectos. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários e Documentalistas*

Faria, M. I. R. & Pericão, M. G. (2008) *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Almedina.

IFLA. (2010). *The IFLA public library service guidelines*. <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/988/2/ifla-publication-series-147.pdf>

IFLA. (2022). *Manifesto da biblioteca pública*. IFLA/UNESCO. https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2027/1/IFLA_PL%20Manifesto2022_Portuguese.pdf

MindPrisma: solução de gestão integrada de biblioteca. <https://prisma.mind.pt/>